

## Mapeamento de Sistemas Privados de Ensino-SPE em municípios mato-grossenses, (2015-2019)

*Mapping of Private Teaching Systems-SPE in Mato Grosso municipalities, (2015-2019)*

*Mapeo de los Sistemas Privados de Enseñanza-SPE en los municipios de Mato Grosso, (2015-2019)*

Theresa Maria de Freitas Adrião<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Estadual de Mato Grosso

Cristiane Santana de Arruda<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Mato Grosso

**Resumo:** Este artigo analisa dados relacionados ao mapeamento sobre a adoção de Sistemas Privados de Ensino - SPE do estado de Mato Grosso, para os anos de 2015-2019. Dialoga com pesquisas anteriores sobre o tema, principalmente Adrião *et al* (2009). Tem-se como pressuposto as reflexões de (ADRIÃO, 2018), de que a adoção de SPEs é uma forma de privatização do currículo. As informações derivam de pesquisa exploratória realizada em sites governamentais do conjunto dos municípios mato-grossenses. Identifica-se que, no período, 14,18% desses municípios adquiriam SPE para a educação básica em Mato Grosso, com a predominância do Grupo Positivo Ltda e com maior concentração na região intermediária de Sinop.

**Palavras-chave:** Sistema Privado de Ensino. Municípios. Mato Grosso. Privatização Currículo.

**Abstract:** This article aims to present data on the mapping of Private Teaching Systems - SPE, by municipal networks in the state of Mato Grosso, Brazil, for the years 2015-2019. It dialogues with previous research on the theme, mainly in Adrião *et al* (2009), as it helps to understand the characterization of this type of incidence. It is assumed the reflections of (ADRIÃO, 2018), that the adoption of SPEs is a form of privatization of the curriculum. The information derives from exploratory research carried out on government websites in the set of municipalities in Mato Grosso. It is identified that, in the period, 14.18% of these municipalities acquired SPE for basic education in Mato Grosso, with the predominance of Grupo Positivo of the Brazil, and with greater concentration in the intermediate region of Sinop.

**Keywords:** Private Teaching System. Counties. Mato Grosso. Privatization. Curriculum.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar datos sobre el mapeo de los Sistemas Privados de Enseñanza - SPE, por redes municipales en el estado de Mato Grosso, Brasil, para los años 2015-2019. Dialoga con investigaciones anteriores sobre el tema, principalmente en Adrião *et al* (2009), ya que ayuda a comprender la caracterización

<sup>1</sup> Livre docente pela Universidade de Campinas. Professora colaboradora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNICAMP e Professora Visitante na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: [theadriao@gmail.com](mailto:theadriao@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3976705366604804>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1181-5873>.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: [crisarruda.caceres@gmail.com](mailto:crisarruda.caceres@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9907017499858583>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-2073>.

de este tipo de incidencia. Se asume las reflexiones de (ADRIÃO, 2018), que la adopción de SPE es una forma de privatización del currículo. La información proviene de una investigación exploratoria realizada en sitios web gubernamentales en el conjunto de municipios de Mato Grosso. Se identifica que, en el período, 14,18% de esos municipios adquirieron SPE para la educación básica en Mato Grosso, con predominio del Grupo Positivo de Brasil, y con mayor concentración en la región intermedia de Sinop.

**Palabras Clave:** Sistema Privado de Enseñanza. Condados. Mato Grosso. Privatización. Currículun.

---

**Recebido em:** 30 de janeiro de 2022

**Aceito em:** 08 de março de 2022

---

## Introdução

Este artigo apresenta resultados sobre o mapeamento da adoção de Sistemas Privados de Ensino- SPEs por municípios mato-grossenses no período de 2015-2019. Por envolver aspectos gerais da privatização entende-se, com base em Belfield e Levin (2004), a privatização como a transferência de responsabilidades, bens, atividades e ativos inerentes ao setor público para o setor privado. No mesmo sentido, Paro (2006) define privatização como movimentos de diminuição de responsabilidades do Estado.

No campo educacional, a privatização se configura em “medidas que têm subordinado direta ou indiretamente a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (ADRIÃO *et al.*, 2017, p. 130).

Mais especificamente, como uma das formas de privatização do currículo, aborda-se neste artigo a adoção de Sistemas Privados de Ensino - SPE por municípios mato-grossenses. Considera-se Sistemas Privados de Ensino como:

Cesta de serviços e produtos oferecida aos municípios-clientes, material didático conhecido como “material apostilado”, distribuído aos estudantes e aos professores em versões distintas. Além disso, as empresas oferecem assessorias que envolvem procedimentos de avaliação sobre o uso adequado dos materiais, “treinamentos” a docentes e acesso a portais com instruções detalhadas sobre sua utilização. A empresa privada oferece ao setor público, na verdade, um programa de ensino que incide sobre a organização dos tempos e rotinas de trabalho nas unidades escolares, que constituem formas de controle sobre este trabalho. (ADRIÃO *et al.*, 2018, p. 436).

A primeira adoção de Sistema Privado de Ensino por redes públicas de ensino ocorreu no final da década de 1990, com contrato assinado em 1998 por município paulista (ADRIÃO *et al.*, 2009).

O mapeamento apresentado neste artigo é constituído por elementos que auxiliam no desenho do perfil dos municípios adotantes, como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Produto Interno Bruto (PIB), informações acessadas por meio da página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>3</sup>, período de 2015-2019.

- Dados educacionais: matrículas em escolas municipais e número de escolas por dependência administrativa, localizados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP<sup>4</sup>);

- Empresa contratada para o fornecimento dos SPE;

- Etapa de escolaridade atendida pelo SPE adquirido;

O período selecionado justifica-se por compreender informações relativas a duas gestões municipais anteriores à pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus.

Utiliza-se abordagem exploratória realizada por meio do acesso às páginas institucionais disponíveis na rede Web de todas as secretarias municipais de educação dos 141 municípios do estado de Mato Grosso. Além das páginas institucionais, consultou-se por meio do sistema de busca da plataforma Google, na condição de acesso anônimo e a partir de descritores pré definidos até a décima página do Google<sup>5</sup>, informações disponíveis na WEB que pudessem auxiliar na identificação da adoção de SPEs. Os descritores foram: Sistemas Privados de ensino, apostila, apostilamento, material didático, todos ao nome de cada município do estado. O processo de busca exigiu que se acionasse um descritor por vez. Para os municípios em que não se obteve informações sobre a possível adoção, o mapeamento foi complementado por consulta realizada no Sistema de Informação ao Cidadão<sup>6</sup> - SIC. No caso do acesso ao SIC, encaminhou-se em cada página de cada município, a solicitação de informações sobre possível adoção de SPE, através desse serviço.

O artigo, deriva de dissertação de mestrado em educação em desenvolvimento e integra pesquisa interinstitucional vinculada ao PPGEduc da UNEMAT.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escola\\_r\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escola_r_2020.pdf). Acesso em maio de 2021.

<sup>5</sup> Google é uma empresa multinacional de serviços online e software [...] ela hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet. (GOOGLE, s/d). Ver em: <https://canaltech.com.br/empresa/google/>.

<sup>6</sup> O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informação, com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

O levantamento constatou que 14,18% dos municípios mato-grossenses adotaram SPE no período de 2015-2019 para a educação básica da sua rede municipal de ensino e que o Grupo Positivo Ltda teve maior incidência no estado.

### **Sobre os Sistemas Privados de Ensino**

Segundo Adrião (2018, p. 08), “há três dimensões da política educativa que, do ponto de vista analítico, podem ser objeto de privatização: A gestão da educação, a oferta educacional e o currículo”. Entende-se, de acordo com a mesma autora, que o Sistema Privado de Ensino (SPE) é uma das formas de privatização identificadas quando da análise da dimensão do currículo, como sintetizado no trecho a seguir:

1-Compra ou adoção pelo poder público de desenhos curriculares elaborados pelo setor privado; 2-Compra ou adoção pelo poder público de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado; 3-Compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE). (ADRIÃO, 2018, p. 11).

Os Sistemas Privados de Ensino são ofertados por empresas por meio de suas editoras e compostos por serviços e produtos que variam em função do tipo de contrato realizado (ADRIÃO *et al.*, 2015). Ressalta-se que para a rede pública, a constituição dessas se diferenciam das comercializadas para as escolas privadas e/ou franquizadas (Adrião *et al.*, 2009). Este é o caso do Grupo Positivo Ltda, empresa de maior presença identificada no mapeamento nos municípios mato-grossenses e que oferece para as redes públicas o Sistema Aprende Brasil de Ensino. SABE.

Até meados da segunda década deste século, os cinco principais grupos empresariais comercializando este tipo de produtos e serviços junto à educação básica pública brasileira eram: “Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo” (ADRIÃO, 2015, p. 14). Ainda assim, Rossi (2009) identificou em municípios paulistas a atuação de 13 diferentes empresas nesse mercado.

Garcia e Correa (2011) destacam algumas importantes consequências da introdução dos SPEs nas escolas, dentre as quais: a fragmentação do trabalho docente e o esvaziamento da autonomia nas decisões sobre os processos pedagógicos.

Por outro lado, derivados de questionários aplicados às professoras em exercício em creches municipais do estado de São Paulo, os alertas de Damaso (2015) destacam a adesão das mesmas ao uso de apostilas na educação infantil, associando esta posição ao exercício da função

docente já sob modelos de padronização do currículo derivado da adoção dos “kits” pedagógicos comercializados por grupos empresariais.

Trabalho de Silva e Leite (2017) também destaca o apoio de professores de ensino fundamental de municípios paulistas ao que denominam Sistema Apostilado de Ensino, em função do que presumem como qualidade editorial do material.

Adrião e Domiciano (2018) associam a crescente adoção de SPEs por municípios a processos de inserção e concentração do mercado educacional em grupos empresariais nacionais e transnacionais

[...] ampliaram sua inserção primeiro incorporando estabelecimentos educacionais concorrentes de menor porte; depois, substituindo a incorporação física de escolas privadas menores ou deficitárias pela oferta de um conjunto de serviços e produtos padronizados e organizados, os SPE, na forma de franquias de suas “marcas” para estabelecimentos privados e, por fim, o terceiro ciclo caracterizou-se pela incorporação de redes públicas de ensino às “carteiras” de clientes, para o que desenvolveram logísticas; produtos e serviços distintos das franquias privadas e, em geral, de menor qualidade. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

A atuação desses grupos no campo da educação básica foi gradual, mas incisiva, invadindo, no que as autoras identificam como terceiro ciclo, o campo das instituições educacionais públicas. Seguindo essa cronologia, as autoras citam a fase de oligopolização<sup>7</sup>, quando grupos maiores adquiriram os considerados menores, dentre eles, exemplifica-se

o Grupo Abril (que adquire empresas de menor porte) e a Editora Moderna/Santillana, com composição de capital internacional. Na sequência, alguns grupos abrem seus capitais e passam a ser geridos em todo ou em parte por fundos de investimentos. Exemplos nessa direção encontram-se nas dinâmicas assumidas pelo Grupo COC, parte do qual após abrir seu capital foi adquirido pela inglesa Pearson ou no ocorrido ao Grupo Abril Educação, adquirido pela Tarpon em negociação que envolveu US\$ 436,5 milhões. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

Nessa mesma direção, “cita-se uma das companhias controladas pelo Grupo, a Positivo Informática, que abriu capital em 2006, negociando ações também na Bolsa BM&FBOVESPA<sup>8</sup>” (ADRIÃO *et al.*, 2015, p. 32).

Ainda no início do século XXI, essas grandes empresas, além de ofertarem SPEs, passam a disponibilizar serviços de cunho mais tecnológico e sofisticado, “produtos que passam

<sup>7</sup> Ver em Oliveira (2009), A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: janeiro de 2021.

<sup>8</sup> Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, está entre as maiores bolsas do mundo em valor de mercado e é líder na América Latina. Ver mais em: <https://mercantildobrasil.com.br/CorretoraValores/Mercado/Paginas/Sobre-a-Bovespa.aspx>. Acesso em janeiro 2022.

a incorporar plataformas de acesso a dados e conteúdos digitais, desenvolvidos principalmente por *startups* financiadas pela *venture philanthropy*<sup>9</sup> (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 7).

Tais produtos e serviços, que compõem os SPEs, têm financiamento público previsto por recursos constitucionalmente vinculados, destinados para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). O artigo 70 da LDB, em seu inciso VIII, prevê a “aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar” (BRASIL, 2007, p. 46).

### O ensino público em Mato Grosso - apresentando o cenário

Segundo o IBGE (2019), o estado de Mato Grosso possui 903.207,050 km<sup>2</sup> de extensão territorial, o que abrange 10,613% do território nacional brasileiro, é o terceiro maior estado do país, ficando atrás somente do Amazonas e do Pará, possuindo 141 municípios. Em estimativa do IBGE para 2020, o estado possui 3.526.220 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,725, um pouco abaixo do IDH do país que é de 0,727. O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a R\$ 142, 12 bilhões de reais (IBGE, 2019) e sua economia gira, principalmente, em torno da agricultura, ganhando ênfase pelo cultivo de soja, milho e algodão, embora a pecuária e o extrativismo tenham bastante destaque no setor da agropecuária (VILARINO, 2021), principalmente na região intermediária<sup>10</sup> de Sinop, cujo relatório referente ao ano de 2019 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária<sup>11</sup>, destaca que além da “agricultura na região do Cerrado, a mesma também têm contribuído com parcela crescente da produção (e exportação) agropecuária” (EMBRAPA, 2020, p. 74).

Em Mato Grosso as regiões intermediárias, antigas mesorregiões, passaram a ser nomeadas como: Sinop, Cuiabá, Cáceres, Barra do Garças e Rondonópolis. A região intermediária de Sinop possui 42 municípios; Cuiabá e Barra do Garças 30 municípios cada; Cáceres é integrada por 21 municípios e Rondonópolis por 18 municípios, como ilustrado na figura abaixo:

---

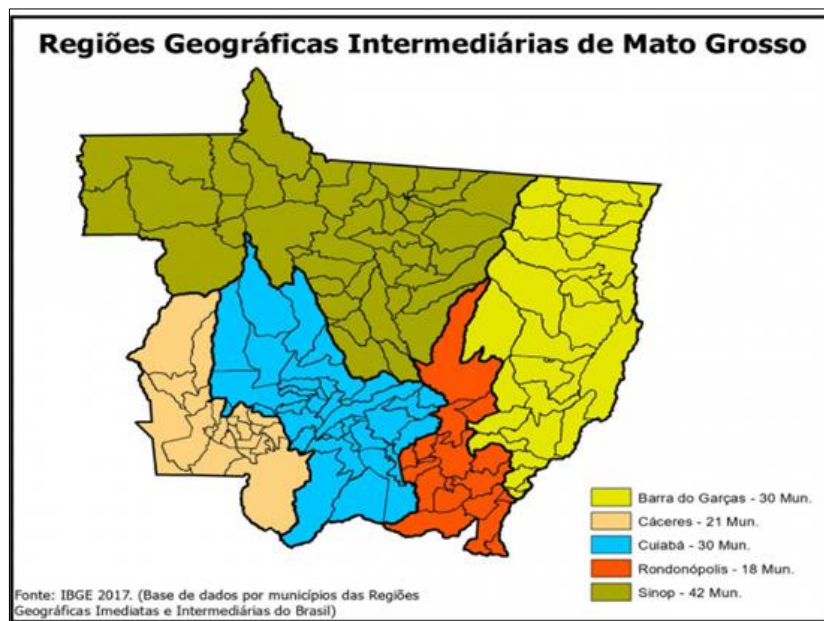
<sup>9</sup> Ver Adrião (2018), em Revista Currículo sem fronteira: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>.

<sup>10</sup> A partir do ano de 2017 as nomenclaturas e formas de subdivisões nos estados brasileiros sofreram modificações; segundo dados do IBGE (2017), o que antes eram conhecidas como mesorregiões - sendo cinco no estado de Mato Grosso: Norte, Nordeste, Sudeste, Sudoeste e Centro Sul passaram a ser denominadas como regiões intermediárias. Já as antigas microrregiões foram denominadas como regiões imediatas, totalizando 18 (dezoito) regiões imediatas no estado.

<sup>11</sup> Ver mais em: Quem somos- <https://www.embrapa.br/quem-somos#:~:text=A%20Empresa%20Brasileira%20de%20Pesquisa,Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento%20> (Mapa).



Figura 1 - Mapa das regiões intermediárias de Mato Grosso



Fonte: Plano Estadual de Resíduos Sólidos/MT, (PERS, s/d), com base em dados do IBGE (2017).

As faixas populacionais dos municípios mato-grossenses variam de município para município, desde o mais populoso, a capital Cuiabá com 618.124 habitantes, até o município com menor número de habitantes, Araguainha, com 947; ambos de acordo com estimativa do IBGE para 2020.

No âmbito educacional, a divisão de responsabilidades entre os entes federados ocorre de acordo com a Lei Complementar nº 049, de 1º de outubro de 1998, que, por sua vez, se encontra alinhada com a legislação nacional, em especial com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, de 20 de dezembro de 1996. Nesta divisão, a responsabilidade pela oferta da educação infantil, primeira etapa da educação básica, é dos municípios:

Art. 66 A Educação Infantil será oferecida - para as crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, em creches ou instituições equivalentes; II - para as crianças de 04 (quatro) a 6 (seis) anos de idade, em pré-escolas. § 1º Admitir-se-ão atendimento em creche da criança que ainda não possui idade de matrícula na pré-escola, a desta, da criança que completar 04 (quatro) anos de idade até 30 (trinta) de junho do respectivo ano. (MATO GROSSO, 1998, p. 31).

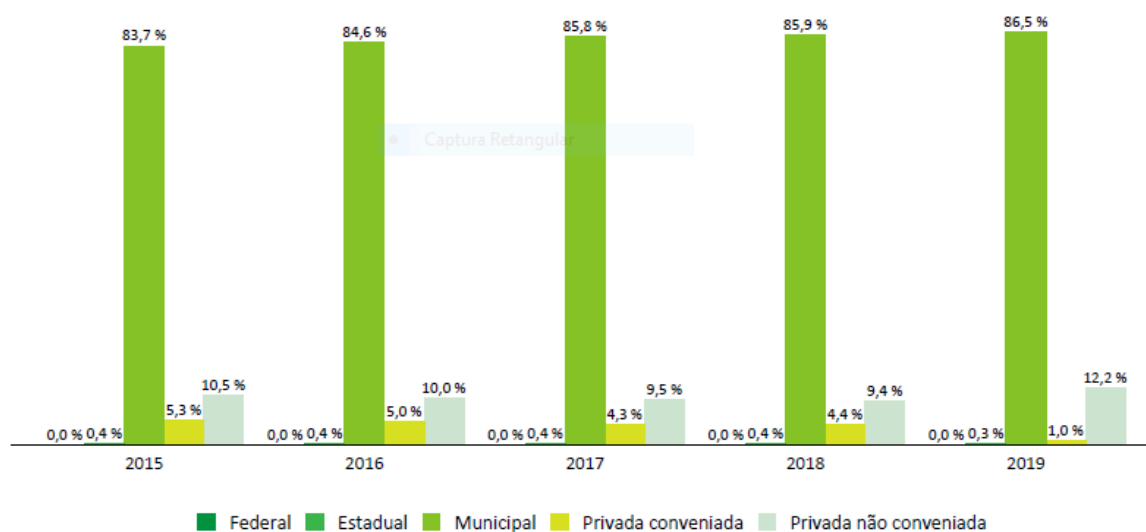
O ensino fundamental organizava-se em ciclos desde o ano de 2.000 em 117 municípios, posto que estes não possuíam sistema próprio de ensino e integravam o Sistema Estadual de Educação. De acordo com art. 10º do Capítulo da Lei Complementar nº 049/1998, os municípios que não possuírem sistemas próprios de ensino devem integrar o Sistema Estadual, em consonância com o Parágrafo Único do art. 11 da LDBEN nº 9.393/96: “Os municípios

poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica” (BRASIL, 1996, p. 12). A ideia de um Sistema único de ensino é considerada no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014, como primeira meta deste PEE (MATO GROSSO, 2014, p. 18).

No estado, somente 24 municípios possuíam até 2021, sistemas de ensino próprios, e a maioria destes, 33,34%, se concentravam na região intermediária de Sinop. Destaca-se que a maior quantidade de municípios que adquiriram SPEs integram o Sistema Estadual de Ensino. Na região intermediária de Cuiabá tem-se 25% dos municípios com sistema próprio, seguido de Barra do Garças com 16,66%, as regiões de Rondonópolis e de Cáceres com 12,5% cada.

Ainda para auxiliar a compor o cenário educacional do estado, demonstra-se o atendimento principalmente da Educação infantil e em seguida do Ensino fundamental, uma vez que são etapas constitucionalmente sob responsabilidade dos municípios.

Figura 2 - Atendimento à Educação Infantil por dependência administrativa-2015-2019.

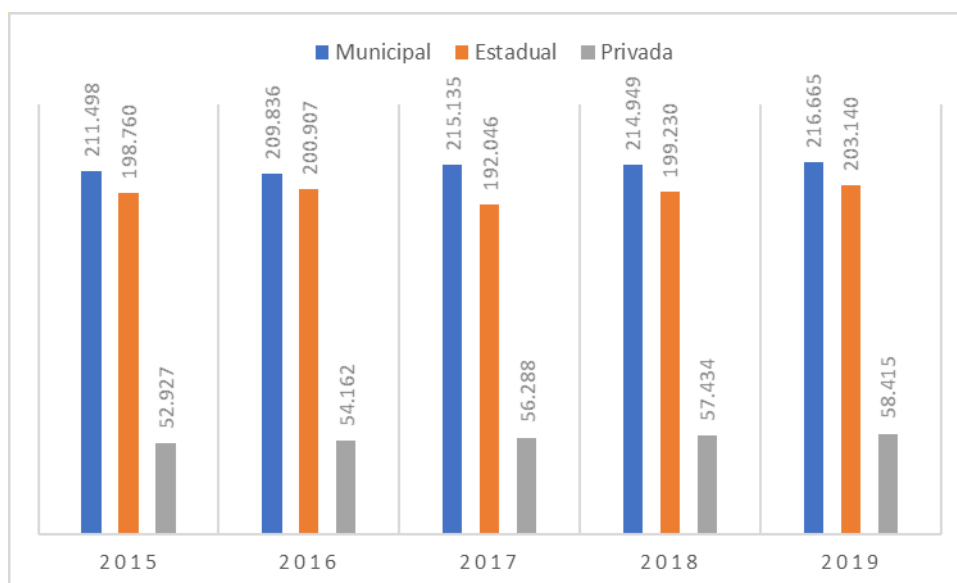


Fonte: Elaborado pelo INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2020, p. 20.

A figura 2 ilustra que o maior número de matrículas na Educação infantil no estado de Mato Grosso é atendido pela esfera municipal, tendo apresentado crescimento de 2,8% em 2019, em relação ao ano de 2015. Percebe-se também que o atendimento à Educação infantil, pela esfera particular, nessa série histórica, é bastante baixo em relação à esfera municipal, apesar de ter crescido seu atendimento em torno de 1,7%, entre 2015 a 2019. A esfera estadual não atende Educação infantil.



Gráfico 1 - Atendimento ao Ensino fundamental por esfera administrativa, 2015-2019.



Fonte: as autoras, com base em dados de matrículas do Laboratório de Dados Educacionais<sup>12</sup>, LDE/2015/2019.

O Gráfico 1 ilustra que a esfera municipal de ensino é a que possui o maior número de matrículas do ensino fundamental, apresentando tímido crescimento de 2015 a 2019, seguido da esfera estadual que também demonstrou breve crescimento. Observa-se que, também neste caso, assim como no atendimento à Educação infantil, a esfera particular possui menor participação no atendimento ao Ensino Fundamental. Sobre tais dados ressalta-se as análises de Pinto (2018), ao demonstrar que, no período, os municípios recebiam o menor repasse de subsídios públicos para financiamento da educação, ao mesmo tempo em que é o ente federado responsável por atender o maior volume de estudantes na educação básica.

### A adoção de SPE por municípios mato-grossenses

Em Mato Grosso, localizou-se pesquisa de Silva (2020) a respeito de um município específico: São José dos Quatro Marcos. Como resultado, a autora observou mudanças de contratações de empresas à medida em que houve troca de prefeitos deste município, no período de 2007 a 2017. As empresas identificadas nestas contratações foram: FTD Educação e Positivo Ltda. Além disso, o caráter rígido e pré-definido dos Sistemas foi enfatizado pela autora como “inadequada à aprendizagem das crianças” (SILVA, 2020, p. 84).

<sup>12</sup> Plataforma permite a consulta de dados da Educação Básica e do Ensino Superior na série histórica, com diferentes níveis de desagregação. Ver em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/sobre>.

Já o mapeamento realizado sobre o conjunto dos municípios de Mato Grosso, observa que entre 2015-2019, 20 municípios contrataram SPE para suas escolas. Destes, cinco adotaram esta cesta de produtos e serviços exclusivamente para a educação infantil, sete para a educação infantil e ensino fundamental, cinco somente para o ensino fundamental e, em três municípios, não se localizou informações para quais etapas de ensino as adoções foram realizadas. Como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Municípios mato-grossenses que adotaram SPE para Educação básica-2015-2019.

Municípios	Faixa populacional	Região intermediária	Empresa contratada	Ano de adoção	Etapa atendida
Cáceres	50.001 a 100 mil	Cáceres	Positivo LTDA	2017 a 2020	Ed. Infantil/pré-escola
Sorriso	50.001 a 100 mil	Sinop	Positivo LDTA	2019	Ensino fundamental
Campo Verde	10.001 a 50 mil	Cuiabá	Editora Opet LTDA	2018 a 2020	Ensino fundamental
Peixoto de Azevedo	10.001 a 50 mil	Sinop	Positivo LTDA	2018	Educação infantil e Ensino fundamental
Colíder	10.001 a 50 mil	Sinop	Positivo LTDA	2019	Ed. Infantil
Confresa	10.001 a 50 mil	Barra do Garças	Positivo LTDA	2017	Ed. Infantil e Ens. Fundamental
Sapezal	10.001 a 50 mil	Cuiabá	Boquinha Aprendizagem e Assessoria LTDA	2015 a 2016	1º ano do Ens. Fund.1
Diamantino	10.001 a 50 mil	Cuiabá	Editora Dom Boco	2015 a 2016	Educação infantil/pré-escola
São José do Rio Claro	10.001 a 50 mil	Cuiabá	Positivo LTDA	2017 a 2019	Educação infantil e Ensino fundamental
São José dos Quatro Marcos	10.001 a 50 mil	Cáceres	Positivo LTDA Editora FTD Educação	2015 a 2017	Educação infantil
Campinápolis	10.001 a 50 mil	Barra do Garças	Positivo LTDA	2016 a 2017	Educação infantil/creche a pré-escola/Ensino fundamental
Feliz Natal	10.001 a 50 mil	Sinop	Positivo LTDA	2015	Ensino fundamental
Tapurah	10.001 a 50 mil	Sinop	Positivo LTDA	2017	Sem informações

Itiquira	10.001 a 50 mil	Rondonópolis	Positivo LTDA	Sem informações	Educação infantil e ensino fundamental
Cláudia	10.001 a 50 mil	Sinop	Altair Instituto de Educação. LTDA	2017	Ensino fundamental
Alto Garças	10.001 a 50 mil	Rondonópolis	Editora Opet LTDA	2018 a 2020	Educação infantil e Ensino fundamental
Paranaíta	10.001 a 50 mil	Sinop	Positivo LTDA	2015 a 2020	Educação infantil
Ipiranga do Norte	1 a 10 mil	Sinop	Positivo LTDA	2016	Sem informações
Gaúcha do Norte	1 a 10 mil	Barra do Garças	Positivo LTDA	2016	Sem informações
Santa Rita do Trivelato	1 a 10 mil	Sinop	Positivo LTDA	2015	Educação infantil e Ensino fundamental
<b>Total</b>	<b>20 municípios</b>				

Fonte: as autoras com base em suprimido.

Observa-se da análise do Quadro 1, que boa parcela dos municípios que adquiriram SPE, adotou para a Educação infantil, somando um percentual de 60% desse conjunto, considera-se que, em 15% desses municípios, não foi possível verificar qual etapa da educação básica foi atendida com o SPE, podendo casualmente estar inserida a utilização deste para a Educação infantil.

Dado interessante se refere à faixa populacional dos municípios adotantes de SPEs; a maioria, quinze, encontram-se na faixa de 10.001 a 50 mil habitantes, dois municípios na faixa populacional de 50.001 a 100 mil habitantes e três com até dez mil habitantes. Essa concentração é similar ao identificado por pesquisa que mapeou SPE em municípios paulistas, (ADRIÃO *et al.*, 2009) a qual identificou a concentração desta forma de privatização do currículo em municípios na faixa de 50.001 a 100 mil habitantes.

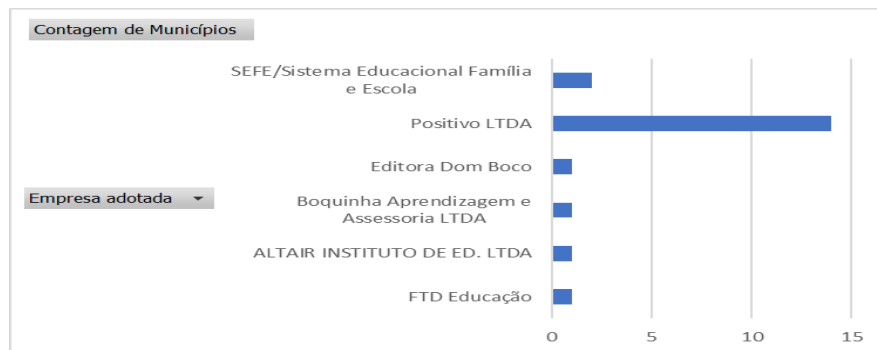
Ainda de acordo com o Quadro 1, observa-se que a maior concentração de municípios que adotaram SPE, entre 2015-2019, está na região intermediária de Sinop (45%), seguido pela região intermediária de Cuiabá (20%), Barra do Garças com (15%), Cáceres e Rondonópolis com 10% cada.

Em relação ao ano de início dos contratos, verifica-se relativa concentração no ano de 2015 - seis municípios adotantes de SPE; três adotaram no ano de 2016, cinco em 2017, três em 2018 e apenas dois em 2019, em um município não se encontrou informações sobre o início da adoção. Destaca-se que 2015 correspondeu ao último ano de mandato dos prefeitos então em exercício.

## O Grupo Positivo e o mercado da escola municipal mato-grossense

No Gráfico 2, a seguir, observa-se a relação de empresas adotadas pelos municípios mato-grossenses para implantação de seus Sistemas Privados de Ensino.

Gráfico 2 - Empresas adotadas pelos municípios mato-grossenses, 2015-2019.



Fonte: as autoras.

Pode-se observar que, apesar de haver seis empresas identificadas, a empresa que mais se destaca no cenário de adoção de SPEs em Mato Grosso é a Positivo Ltda. Empresa de grande destaque no mercado educacional, uma das cinco de maior presença na comercialização de SPE para a educação pública básica no Brasil (ADRIÃO, 2015)

O Grupo Positivo Ltda informa em sua página na web, que surge em 1972 a partir de uma equipe de professores que criaram um cursinho pré-vestibular. De acordo com Luiz e Adrião (2011), o Grupo, a partir de 1988, expande sua atuação para o ensino superior e, em 1989, funda a Positivo Informática para comercialização de computadores para escolas Positivo de educação básica e demais escolas franquizadas, segmento que, a partir de 1990, inicia a venda de serviços e equipamentos eletrônicos para empresas e para o poder público. As autoras destacam que, em 2001, a Escola Internacional das Nações Unidas em Nova York adotou o SPE em língua portuguesa para filhos de diplomatas e colaboradores da ONU; no mesmo ano o Sistema Positivo de Ensino (SPE) atinge 500 mil alunos via 2.200 escolas conveniadas no Brasil e exterior.

Entretanto, as redes públicas passam a ser incorporadas aos negócios do grupo pela comercialização de sistema de ensino específico a partir da criação do Sistema Aprende Brasil de ensino (SABE), em 2005. Ainda de acordo com Luiz e Adrião (2011), conforme depoimento colhido em entrevista concedida por uma integrante da editora,

O Sistema de Ensino Aprende Brasil surgiu para atuar com o poder público, no propósito de efetivar o direito de todas as crianças e jovens à educação pública de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil, como

proposto pelo Governo Federal e sociedade civil no pacto **Compromisso Todos pela Educação**. (LUIZ; ADRIÃO, 2011, p. 85. grifo da Editora).

Passados alguns anos desta caracterização, consulta à página do Grupo Positivo informa que a inserção no mercado educacional brasileiro aumentou. Na área da educação, até 2020, o Grupo informa que possui Colégios Positivo, Curso Positivo, Universidade Positivo, Posigraf - autointitulando-se como uma das maiores gráficas da América Latina; Positivo Tecnologia, Positivo Soluções Didáticas, Instituto Positivo e Sistema de Ensino Aprende Brasil SABE, sistema contratado pela maioria dos municípios aqui considerados.

Como sinalizado anteriormente, na página do Grupo Positivo, o SABE é apresentado como uma cesta de produtos e serviços que, até 2020, era integrada pelos componentes sintetizados no Quadro 2.

Os “insumos” estão disponíveis em versões para a educação infantil, ensino fundamental e médio, resultando em uma “customização” ajustada à capacidade orçamentária dos municípios.

Quadro 2 - Produtos e Serviços que integram o Sistema de Ensino Aprende Brasil-2020.

PRODUTOS E SERVIÇOS	DESCRIÇÃO
<b>Material impresso para professores e alunos</b>	<b>Para alunos:</b> Apostilas/ “livro integrado”; materiais complementares para os alunos (cartela para recortes, autocolantes, álbuns e agendas). Para alfabetização, o Sistema oferta a coleção de livros “Letrix” para os alunos que estão no Ensino Fundamental, mas ainda não estão alfabetizados. <b>Para os professores:</b> material orientador associado ao material do aluno.
<b>Sistema de Ensino Aprende Brasil Digital</b>	Plataforma eletrônica restrita ao professor e gestor com materiais de apoio, como vídeos, sugestões de atividades e outros suportes pedagógicos. Disponível também para os estudantes. Contém conteúdos digitais vinculados ao conteúdo do livro integrado. O acesso às plataformas não é vendido separadamente, pois se vincula à compra do SABE impresso.
<b>Formação pedagógica em serviço para uso dos materiais</b>	A empresa disponibiliza profissionais para realizar encontros pedagógicos com os professores e/ou equipe pedagógica dos municípios adotantes.
<b>Avaliação e monitoramento</b>	<b>Hábil:</b> ferramenta de avaliação externa ofertada pelo SPE, coleta e sistematiza informações a respeito de alunos do Ensino Fundamental por meio de testes e questionários textuais. As competências avaliadas são: matemática, leitura e tecnologias. <b>SIMEB:</b> ferramenta que informa, acompanha e analisa indicadores a partir da coleta de dados em sites oficiais. Através das análises desses dados é apresentado aos gestores, segundo a empresa, parâmetros para a melhoria da qualidade do ensino.

Fonte: as autoras, com base em informações disponíveis na página Sistema de Ensino Aprende Brasil<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Ver mais em: <https://www.meupositivo.com.br/institucional/grupo-positivo>.

De acordo com informações institucionais do Sistema Aprende Brasil, o Sistema está presente em mais de 2 mil cidades, e já atendeu cerca de 266 mil alunos, (POSITIVO, 2020), porém não se encontrou especificações como, por exemplo, dados mais precisos para regiões do país que adquirem este SPE.

### **Considerações finais**

Como resultado do mapeamento foi possível indicar a incidência do setor lucrativo no ensino público de Mato Grosso, na medida em que se demonstrou a adoção por 20 municípios mato-grossenses de SPEs para a educação básica. Os resultados identificados para esta forma de privatização do currículo atingem o percentual de 12,75 % do total de escolas municipais, abrangendo, no período, cerca de 48.267 alunos da educação básica.

No ano de 2015 concentrou o maior número de aquisição deste tipo de serviço pelos municípios do estado. Ou seja, esta forma de privatização do currículo foi praticada por 19,9% dos municípios mato-grossenses no último ano de governo de seus prefeitos.

Há de se alertar que grande parte dessas SPEs visaram a Educação infantil, tanto creches como pré-escolas, somando um percentual de 60% do total das adoções em Mato Grosso. Sobre este aspecto, há vários trabalhos, como Garcia e Correa (2011), Adrião e Correa (2014), Damaso (2015) e Silva (2020), que se referem aos SPEs como pouco indicados para crianças, principalmente da educação infantil, pelo seu caráter engessado e padronizador, minimizando a questão lúdica que esta etapa deve contemplar, conforme indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (fixada pela Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009) bem como pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC (fixada pela Resolução nº 2 de 22 de dezembro de 2017) que enfatizam a importância das interações e brincadeiras.

Os dados localizados destacaram que os municípios da região intermediária de Sinop concentraram o maior número de contratos de SPE: 45% do total de municípios para os quais se localizou informações. Esta região possui municípios que vêm ganhando notoriedade em relação ao crescimento do seu PIB, como o município de Sinop, “cujo crescimento econômico se atribui em função do agronegócio” (EMBRAPA, 2019, p. 74). Segundo o IBGE (2021), Sinop possui o maior PIB entre os municípios mato-grossenses, R\$6,5 bilhões, seguido por Sorriso, com R\$6.2 bilhões, também da mesma região.

Apesar do notório crescimento econômico em Mato Grosso, emite-se alerta para o uso de agrotóxicos em larga escala, utilizados em monoculturas agrícolas neste estado, que, além



de representar nocividade à biodiversidade local, ainda “expõe cotidianamente a população residente e trabalhadores a possíveis envenenamentos agudos e/ou crônicos” (LARA *et al.*, 2019, p. 1). Dados demonstrados por Lara *et al.* (2019, p. 1) apontam que os agrotóxicos que mais geram envenenamento e mortes por intoxicação “concentra-se nos cultivos de exportação de soja, milho e cana”, ou seja, justamente alguns dos itens que Mato Grosso mais tem produzido nos últimos anos, como demonstrado pelo IBGE (2019).

É importante ressaltar que os municípios que mais adotaram SPEs, no estado de Mato Grosso durante o período em destaque, foram os municípios que não possuem sistema próprio de ensino, desta forma, seguem o sistema estadual de ensino de Mato Grosso, representando o percentual de 70% do conjunto dos municípios que adquiriram SPEs.

E soma, o conjunto de informações presente neste mapeamento indica relação entre a compra de SPE por municípios mato-grossenses e a capacidade orçamentária dos mesmos, visto que sua concentração é percebida na região considerada mais rica do estado. Apesar disso, este conjunto de municípios, parece não possuir estrutura técnica suficiente para elaboração de políticas curriculares, já que integram o sistema estadual. Tal condição pode estimular a opção por essas cestas de insumos curriculares padronizadas. Essa mesma tendência foi apontada em pesquisa de Adrião *et al.* (2009, p. 10), para municípios paulistas. As autoras enfatizam a “ausência de estrutura técnica, política ou orçamentária” como condição para que muitos municípios recorressem ao setor privado.

Em síntese, os dados deste mapeamento para o estado do Mato Grosso confirmam e atualizam tendências identificadas em mapeamento similar realizado para municípios paulistas (ADRIÃO *et al.*, 2009), com destaque para a padronização curricular, via uso de apostilas e o repasse dos fundos públicos para corporações.

## Referências

ADRIÃO, Theresa *et al.* A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, Gilberto (Org). *O negócio da Educação. A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho d'água, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19091/reced.vi0.747>.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais1. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2020. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.08>.

ADRIÃO, Theresa. (Coord.) *et al. Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa – Instituto de Biociências da Unesp. Rio Claro - SP: UNESP, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2018v9n3p222>.*

ADRIÃO, Theresa. CORREA, Bianca. O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. *RBP AE*, v. 30, n. 2, p. 379-396, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53681>. Acesso em: janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2015.951025>.

ADRIÃO, Theresa. DOMICIANO, Cássia. *A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. FINEDUCA*, Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084>. Acesso em: maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084>.

ADRIÃO, Theresa *et al. Sistemas de Ensinos Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o direito à Educação*. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/319044295\\_sistemas\\_de\\_ensino\\_privados\\_na\\_educacao\\_publica\\_brasileira\\_consequencias\\_da\\_mercantilizacao\\_para\\_o\\_direito\\_a\\_educacao](https://www.researchgate.net/publication/319044295_sistemas_de_ensino_privados_na_educacao_publica_brasileira_consequencias_da_mercantilizacao_para_o_direito_a_educacao). Acesso em abril de 2021. DOI: <https://doi.org/10.51795/9786558693499357394>.

ANJOS, Lislaine. Ex-secretário de Educação é preso pelo Gaeco durante operação em MT. *GI.com/Mato Grosso*, 21/07/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/ex-secretario-de-educacao-e-presos-pelo-gaeco-durante-operacao-em-mt.html>. Acesso em agosto de 2021. DOI: <https://doi.org/10.21840/siic/153209>.

BELFIELD. Clive R.; LEVIN, Henry M. *A privatização da Educação: causas e implicações*. Porto, Portugal: ASA Editores S.A., 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, CNE, 06 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 20*, de 8 de agosto de 2007. Brasília: DOU, 28/11/2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil – DCNEI*. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Atualizada*, de 9 de dezembro de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 11.274*, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília-DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm). Acesso em: agosto de 2021.

DAMASO, Alexandra F.F. *O uso do material apostilado em creches municipais paulistas: a percepção dos professores*. Campinas-Unicamp, 2015. Disponível em: [https://btd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_6b29e7b06cde5c50d6b8dab2d266fbd2](https://btd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_6b29e7b06cde5c50d6b8dab2d266fbd2). Acesso em janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2015.951025>.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Dinâmica Agrícola no cerrado: Análises e projeções*. Vol. 1. Brasília. DF. 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1121716/1/LVDINAMICAAGRICO LACERRADO2020.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

GARCIA, Teise; CORREA, Bianca. *Sistemas de ensino privados em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola*. Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5268>. Acesso em janeiro de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n50.p563-577>.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. O super poder da soja no Brasil. *Él País*, Brasil 25.04.2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-25/o-superpoder-da-soja-no-brasil.html>. Acesso em janeiro de 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. *Estimativa populacional para Mato Grosso*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: janeiro de 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. *Extensão Territorial de Mato Grosso*. Brasília: IBGE, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais, 4º trim. 2018*. Brasília: IBGE, 2018.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo técnico do estado do Mato Grosso - Censo da Educação Básica 2019*. Brasília-DF: Inep/MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+do+Mato+Grosso++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/2c0f07f3-fe37-47b9-adbd-6754236ccd21?version=1.1>. Acesso em: maio de 2021.

LARA, Stephanie S. *et al.* *A agricultura do agronegócio e sua relação com a intoxicação aguda por agrotóxicos no Brasil*. HYGEIA - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia – MG, 2019. ISSN: 1980-1726. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/Hygeia153246822>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Acesso em: fevereiro de 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/hygeia153246822>.

LIRA, Gilson. *Conhecendo Mato Grosso*. Tapurah – MT: 2011. Disponível em: [https://www.camaratapurah.mt.gov.br/fotos\\_downloads/1497.pdf](https://www.camaratapurah.mt.gov.br/fotos_downloads/1497.pdf). Acesso em: abril de 2021.

LUIZ, Kátia T.; ADRIÃO, Theresa. A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas. In: *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local*. Relatório técnico. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, 2011.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/276444199\\_CHARACTERISTICAS\\_DAS\\_APOSTILAS\\_DE\\_Ciencias\\_DA\\_NATUREZA\\_PRODUZIDAS\\_POR\\_UM\\_SISTEMA\\_APOSTILADO\\_DE\\_ENSINO\\_E\\_UTILIZADAS\\_EM\\_UMA\\_REDE\\_ESCOLAR\\_PUBLICA\\_MUNICIPAL/fulltext/55f735be08aeafc8abfc4ed4/CARACTERISTICAS-DAS-APOSTILAS-DE-CIENCIAS-DA-NATUREZA-PRODUZIDAS-POR-UM-SISTEMA-APOSTILADO-DE-ENSINO-E-UTILIZADAS-EM-UMA-REDE-ESCOLAR-PUBLICA-MUNICIPAL.pdf](https://www.researchgate.net/publication/276444199_CHARACTERISTICAS_DAS_APOSTILAS_DE_Ciencias_DA_NATUREZA_PRODUZIDAS_POR_UM_SISTEMA_APOSTILADO_DE_ENSINO_E_UTILIZADAS_EM_UMA_REDE_ESCOLAR_PUBLICA_MUNICIPAL/fulltext/55f735be08aeafc8abfc4ed4/CARACTERISTICAS-DAS-APOSTILAS-DE-CIENCIAS-DA-NATUREZA-PRODUZIDAS-POR-UM-SISTEMA-APOSTILADO-DE-ENSINO-E-UTILIZADAS-EM-UMA-REDE-ESCOLAR-PUBLICA-MUNICIPAL.pdf). Acesso em: janeiro de 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-211720175170103>.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado. *Lei Complementar nº 049*, de 01 de outubro de 1998. Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá-MT: DOE, 01/10/1998. Disponível em:

<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/5fc1d9aa762b88eb042567c1006acee8?OpenDocument>. Acesso em: maio de 2020.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. *PIB quadrimestral do Estado de Mato Grosso*. 4º trimestre. Cuiabá-MT: SEPLAG, 2020. Disponível em:

[http://www.seplag.mt.gov.br/images/files/responsive/Planejamento/INFORMACOES\\_MUNICIPAIS/PIB\\_MT\\_4TRI\\_2020.pdf](http://www.seplag.mt.gov.br/images/files/responsive/Planejamento/INFORMACOES_MUNICIPAIS/PIB_MT_4TRI_2020.pdf). Acesso em: maio de 2021.

MATO GROSSO. Poder Executivo. *Lei 10.111*, de 06 de junho de 2014. Dispõe sobre a revisão e alteração do Plano Estadual de Educação. Cuiabá: Diário Oficial, 06/06/2014. Disponível em:

<http://www2.seduc.mt.gov.br/pde/plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: maio de 2020.

MEDEIROS, Everton. *Sinop fica na 1ª posição do maior PIB do agronegócio de Mato Grosso*. Destaque na economia. Sorriso-MT, 2022. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/Noticias/Sinop-fica-na-1-posicao-do-maior-pib-do-agronegocio-de-mato-grosso-9513/#:~:text=Foram%20classificados%20100%20munic%C3%ADpios%2C%20a.com%20R%246%2C5%20bilh%C3%B5es.&text=O%20IBGE%20destaca%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o,e%20cana%2Dde%2Da%C3%A7%C3%BAcar>. Acesso em: janeiro de 2022.

MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. 1993. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, n. 9, v. (3), p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1993000300002>.

MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. 1993. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, n. 9, v. (3), p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1993000300002>.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. *A Transformação Da Educação Em Mercadoria No Brasil*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302009000300006>.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. *A Transformação Da Educação Em Mercadoria No Brasil*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302009000300006>.

PARO, Vitor. H. *O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública*. In: *Administração Escolar: introdução crítica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, Vitor. H. *O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública*. In: *Administração Escolar: introdução crítica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social*. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n° 145, p.846-869, out.-dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: maio de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018203235>.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social*. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n° 145, p.846-869, out.-dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: maio de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018203235>.

POSITIVO. *Sistema Aprende Brasil*: folder expositivo. Editora Positivo. disponível em: <http://www.editorapositivo.com.br/wp-content/uploads/sites/7/2016/10/Aprende-Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

ROSSI, Lucilene. *Oferta educacional e parceria com o setor privado*: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes. Rio Claro – SP: UNESP, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/90164?mode=full>. Acesso em: janeiro de 2021.

SILVA, Nayhara M. M. *As implicações das parcerias público-privadas entre os Sistemas Apostilados e o poder público municipal de São José dos Quatro Marcos*. Cáceres-MT, 2020. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/NAYHARA%20MIRELLI%20MORAES%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em maio de 2020. DOI: <https://doi.org/10.17771/pucrio.acad.24387>.

SILVA, Edmar A.; LEITE, Yoshie U. F. *Sistemas Apostilados de Ensino e a participação do professor no processo de adesão*. Olhar de Professor, vol. 20, núm. 1, pp. 134-147, 2017. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/olharprofr.v.20i1.0011>.

VILARINO, Cleyton. Pecuaristas do MT produzem e lucram mais criando gado sustentável na Amazônia. *Globo Rural*, Fev. 2021. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/02/pecuaristas-do-mt-produzem-e-lucram-mais-criando-gado-sustentavel-na-amazonia.html>. Acesso em: maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415948.0011>.